

# Eleição de Sarney por Maranhão e Goiás periga

25 JUN 1989

CORREIO BRAZILIENSE

Se o presidente Sarney decidir candidatar-se ao Senado em 1990, para prosseguir na vida pública, dificilmente poderá lançar-se pelo seu estado natal, o Maranhão, ou mesmo por Goiás, onde vem sendo lembrado com insistência. Entretanto, como lembra o senador maranhense Edison Lobão (PFL), restam ao Presidente outras opções.

Em Goiás, há um congestionamento na disputa da única vaga no Senado. Em princípio, ela poderá caber ao governador Henrique Santillo, que já foi senador por oito anos. Mas há também a possibilidade de que o ministro Iris Rezende prefira o Senado a retornar ao governo do estado, para o qual seu nome já foi lançado.

Nesse caso, o PMDB poderia disputar o Palácio das Esmeraldas com o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz — ainda que se dê como mais provável que ele dispute em 1990, pelo voto direto, a recondução ao Palácio do Buriti. De qualquer maneira há muitos candidatos — e candidatos fortes — além de existir

sempre a possibilidade de que o eventual lançamento de Sarney divida o PMDB hoje dominante e coloque em risco a obtenção da vaga.

Parlamentares do PMDB maranhense que combatem Sarney na política local reconhecem que o atual presidente tem voto e prestígio para se eleger, "se o desejar", senador ou governador ou governador. Mas, para isso, o presidente teria que entrar em acordo com o governador Epitácio Cafeteira, desde logo, admitindo a hipótese de retirar a candidatura de seu filho deputado, Zequinha Sarney, para negociar com o atual governador o nome do candidato.

Esse mesmo político contou que, em recente reunião fechada, indagado sobre a candidatura de Sarney Filho, Epitácio Cafeteira foi incisivo.

"Ele não ganha eleição porque não tem voto".

Os políticos conterrâneos do Presidente acham que ele se enterraria politicamente no Maranhão se resolvesse ser candidato por outro estado — como Tocan-

tins, Amapá, Roraima ou mesmo o Piauí. A única saída de Sarney seria concluir um acordo com Cafeteira, que desistiria do Senado em troca de uma negociação em torno de um nome para candidato à sua sucessão no governo do Estado. Nesse caso, Cafeteira seria candidato a deputado federal, abrindo mão da senatória para Sarney. Também se afasta a hipótese de renúncia do senador Alexandre Costa, porque se o primeiro suplente Belo Parga, amigo de Sarney, também renunciasse, o segundo suplente, João Mattioli, rico empresário na região do Tocantins, não deixaria o posto, como já declarou a políticos do PMDB maranhense.

O senador Edison Lobão classificou de "inteiramente improcedente" a notícia de que seria nomeado ministro do Tribunal de Contas da União a fim de abrir uma vaga para o presidente José Sarney. Lobão pretende continuar exercendo o mandato de senador (restam-lhe quase seis anos) e não foi sequer ouvido sobre essa hipótese que considera "absurda".

## Presidentes buscaram voto após saírem

EDUARDO BRITO  
Editor de Política

Quase todos os ex-presidentes civis do Brasil, desde os tempos da República Velha, concorreram a algum cargo eletivo após deixarem o posto, quando tinham saúde para isso e estavam no gozo de seus direitos políticos. E o Senado foi a opção de ex-presidentes como Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas, em tempos mais recentes, continuando uma tradição que vem de Prudente de Moraes e Campos Salles.

Na verdade, Juscelino teve uma razão extra para se candidatar. Seu sucessor, Jânio Quadros, desencadeara uma violenta ofensiva contra o governo anterior, abrindo inquérito sobre inquérito para apurar denúncias de corrupção. Os partidários de JK temiam que, numa manobra destinada a prejudicar sua candidatura a presidente na eleição seguinte, Jânio procurasse indicá-lo em algum desses processos. Nesse caso, Juscelino poderia tornar-se ineleitoral, a exemplo do que o mesmo Jânio fizera com Ademar de Barros em São Paulo.

Só que não havia eleição à vista. Juscelino passara o poder em janeiro de 1961 e só haveria vaga em outubro de 1962. Usou-se então um recurso já testado no regime liberal da época: forçou-se a abertura de uma vaga. Como isso não seria possível no estado de JK, Minas Gerais, que era governado por um ad-

ARQUIVO



JK: senador em 1961

versário, Magalhães Pinto, preferiu-se o vizinho Goiás.

O senador eleito em 1958, Taciano de Melo, aceitou abrir mão de seis anos de mandato, sendo nomeado para o Tribunal de Contas do Distrito Federal, o que se fez, já prevendo a onda janista, alguns dias antes da posse do novo presidente. A construção de Brasília garantiu a Juscelino enorme popularidade em Goiás, onde recebeu o apoio de quase todos os partidos e do governador Mauro Borges, hoje senador pelo PDC. A eleição foi consagradora e JK teve quase cinco vezes mais votos que seu único adversário.

Juscelino assumiu o mandato na reabertura da sessão legislativa, no segundo semestre de 1961. Só deixou o Senado quando foi cassado, em 1964. Aliás Taciano de Melo também foi atingido por um Ato Institucional cinco anos depois, sendo aposentado compulsoriamente.

O recorde em termos de eleição foi batido, antes de Jusceli-

no, por outro presidente, Getúlio Vargas. Derrubado do cargo em outubro de 1945, pôde concorrer às eleições de dezembro desse mesmo ano, elegendo-se senador por dois estados (em

São Paulo pelo PSD e no Rio Grande do Sul pelo PTB) e deputado por nove outros, em que funcionou como "puxador" de legenda.

Optou pelo mandato que lhe haviam dado os gaúchos, mas quase não participou dos trabalhos da Assembléia Constituinte — e recusou-se a assinar a Carta liberal por esta redigida. Licenciou-se continuamente durante os anos seguintes, mas evitou represálias graças ao mandato parlamentar. Cinco anos depois da derrubada, elegeu-se presidente pelo voto direto.

Vários outros ex-presidentes voltaram às urnas. Artur Bernardes elegeu-se deputado em vários mandatos sucessivos e Venceslau Braz tentou ser governador de Minas quase trinta anos após ter deixado a Presidência. Jânio Quadros, que antes nunca fora derrotado em uma eleição, após a renúncia perdeu duas vezes o governo paulista até ganhar a Prefeitura, em 1985.

Só os presidentes militares, com exceção de Hermes da Fonseca, mostraram-se refratários a candidaturas após deixarem o governo. Mesmo assim escaparam por pouco de se tornarem senadores. Tanto durante o governo Médici quanto ao se preparar o pacote de abril e uma vez mais durante a própria Constituinte de 1987-88 houve quem sugerisse — ressuscitando uma proposta que vinha da década de 50 — a criação de cargos de "senadores vitalícios" para todos os ex-presidentes, copiando um instituto de origem italiana.